



(do m. Githen möder)

PROTOCOLLO N.º

DESPACHO: *Justiça - Mudança da Capital*
Arquivo em *4* de *fevereiro* de 19*60*

DISTRIBUIÇÃO

[illegible]

PROJETO N.º 140 DE 1980

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 1.450/60

Estabelece normas para a execução da Lei nº 3.273, de 1.10.1957, que fixa a data de 21 de abril de 1960, para a mudança da Capital Federal.

(Do Sr. Othon Mäder).

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Mudança da Capital*)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº *(A)*



Estabelece normas para a execução da Lei n. 3.273 de 1 de Outubro de 1957, que fixa a data de 21 de Abril de 1960, para a mudança da Capital Federal.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA :

Art. 1º - A transferência da Capital Federal para o Planalto Central do País obedecerá ao disposto no Art. 1º da Lei n. 3.273 de 1 de Outubro de 1957, realizando-se por etapas consecutivas, completando-se a primeira no dia 21 de Abril de 1960, com a inauguração oficial e solene dos edifícios, obras publicas em geral e monumentos comemorativos concluidos até essa data.

Art. 2º - Os trabalhos da construção e da transferência prosseguirão normalmente, de acordo com o planejamento elaborado e os recursos financeiros disponiveis, devendo quanto aos primeiros, preponderar a austeridade e a funcionalidade sobre o suntuário e o superfluo.

Art. 3º - Publicadas as leis que no futuro regerão politica, administrativa e judicialmente a atual e a nova Capital Federal; concluidos os edificios necessarios ao governo, seus membros e funcionarios, com as imprescindiveis instalações para cada um; terminados os serviços e obras publicas indispensaveis a uma cidade que vai servir de sede do governo do país e que portanto deve ser dotada de razoaveis condições de habitabilidade e oferecer garantia de pleno funcionamento dos três poderes constitucionais, o Executivo fara ao Legislativo a devida comunicação afim de que este ultimo fixe por lei a data do encerramento das atividades administrativas, judiciarias e legislativas federais no atual Distrito Federal e o inicio das mesmas na Nova Capital, dando por completada e efetivada nesse mesmo dia a transferencia para o Planalto Central do País.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

~~Sala das Sessões,~~ de Janeiro de 1960.



J U S T I F I C A Ç Ã O

Inegavelmente a transferência da capital de um país estenso e populoso como o Brasil, só poderá realizar-se por etapas, como alias vem sendo feito, pois que, na impossibilidade material de fazê-la de uma só vês no dia 21 de abril de 1960, o govêrno vai efetuar nessa data — e ainda muito incompletamente — apenas a transferência da cupula administrativa nacional, ficando os demais serviços publicos para etapas posteriores. Por êste processo, o serviço publico vai sofrer um verdadeiro colapso e quiza nele se crie o caos, impondo-se por conseguinte o planejamento da mudança, para que esta se faça, num dado momento, sem abalos, perturbações ou interrupções prejudiciais a administração e ao proprio regime, riscos a que não podemos expôr o Brasil. O principal é garantir a continuidade, a normalidade e o pleno funcionamento de toda a administração federal, o que não acontecerá se prevalecer o criterio de mudança ora adotado.

De outra parte, igualmente importante é o problema humano, da deportação em massa de milhares de famílias, na sua maioria da classe média para uma região desértica, de latitude, altitude e clima muito diferentes da que sempre viveram e onde não existem ainda razoáveis condições de habitabilidade. Se não estamos diante de nenhuma calamidade pública, nada há que justifique essa mudança apressada, mais parecendo uma fuga de um povo anito e perseguido, em número e proporções como jamais se viu na história da humanidade. Também não se pode comparar Brasília, aspera e esteril, a uma nova Canaan, onde o povo brasileiro fosse a procura da felicidade e da abundância. Tampouco, essa mudança precipitada acabará com os males e os sofrimentos do povo brasileiro, os quais residem principalmente na terrível inflação em que o país está mergulhado e que Brasília ainda mais agravou.

O projeto não revoga e nem ao menos altera a Lei 3.273 que fixou a data de 21 de abril de 1960 para a transferência da capital federal e que tem sido verdadeiro tabu a que ^{se} apégam os mudancistas apressados. Encarando a realidade, o projeto em apreço apenas constata o que vem acontecendo e procura prevenir males maiores com a desordenada mudança que se está fazendo, sem um planejamento para ordenar e sistematizar o mais audacioso de quantos empreendimentos se tem tentado no Brasil.

Sala das Sessões, _____ de Janeiro de 1960.

[illegible]

1450/60

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma "A", realizada em 18-2-60, opinou, unanimemente, pela rejeição do Projeto nº 1 450/60, na forma do parecer do Relator, presentes os srs. deputados - San Tiago Dantas - Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Silva Prado - Relator, Nelson Carneiro, Moacyr Azevedo, Arruda Câmara, Pedro Aleixo, Raimundo Brito, Carlos Gomes, Cid Carvalho, Wilson Fadul, Paulo Lauro e Barbosa Lima.

Sala Afrânio de Melo Franco, 18 de fevereiro de 1960.

San Tiago Dantas - no exercício da
Presidência

Silva Prado - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO Nº 1.450/60

AUTOR: sr. Othon Mader

RELATOR: Dep. Silva Prado.

P A R E C E R

O nobre deputado Othon Mader sumete à consideração desta Casa o projeto de lei nº 1.450/60, que estabelece normas para a execução da lei que fixou a data de 21 de abril para a mudança da Capital Federal (lei 3.273, de 1º de outubro de 1957).

Sob o aspecto constitucional nada temos a objetar ao projeto, que se limita a prever um escalonamento, no tempo, para a mudança em questão. Sob o aspecto de técnica legislativa, no entanto, já não podemos dizer o mesmo. O projeto é todo ele vasado em técnica condenável. A redação dada ao art. 3º, especialmente, é de todo inaceitável, e tem mais o aspecto de justificativa que, propriamente, o de texto legal.

De qualquer forma, porém, não oferecemos substitutivo, mesmo porque, no mérito, somos contra sua aprovação. Estamos entre os que entendem que a mudança deve ocorrer a 21 de abril e esse parece ser o pensamento da maioria da Câmara. Evidentemente cautelas devem ser tomadas e dentre todas avulta a da organização judiciária e administrativa da nova Capital. Mas tudo isso, se houver o necessário entendimento entre a maioria e a minoria, será conseguido a tempo e hora e não deverá constituir obstáculo a que se efetive a mudança na data fixada em lei.

Concluindo, nada temos a opor quanto à constitucionalidade, fazemos sérias restrições à técnica legislativa e, no mérito, somos contra a aprovação do projeto.

Sala Afrânio de Melo Franco, 18 de fevereiro de 1960.

Silva Prado - Relator